



Maria João Oliveira Silva Lage

O processo de divórcio e a coparentalidade – Um estudo qualitativo com pais divorciados

Trabalho realizado sob orientação da

Professora Doutora Ana Rita Conde Dias

E da co-orientação do

Professor Doutor Diogo Jorge Pereira Lamela

Porto

Dezembro, 2018



Maria João Oliveira Silva Lage

O processo de divórcio e a coparentalidade – Um estudo qualitativo com pais divorciados

Dissertação apresentada na Universidade Lusófona do Porto para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Clínica e da Saúde

Dissertação defendida em provas públicas na Universidade Lusófona do Porto no dia 05/12/2018, perante o júri seguinte:

Presidente: Professora Doutora Maria Teresa Souto (Professora Auxiliar da Universidade Lusófona do Porto)

Arguente: Professora Doutora Carla Margarida Vieira Antunes (Professora Auxiliar da Universidade Lusófona do Porto)

Orientador: Professora Doutora Ana Rita Conde Dias (Professora Auxiliar da Universidade Lusófona do Porto)

Porto

Dezembro, 2018

É autorizada a reprodução integral desta dissertação apenas para efeitos de investigação, mediante declaração escrita do interessado, que a tal se compromete.

Agradecimentos

Para a concretização desta nova etapa, foi necessário empenho e sacrifício da minha parte, assim como, a presença de várias pessoas, que, de certo modo, contribuíram para o meu sucesso, e a quem deixo o meu sincero obrigada.

Primeiramente, agradeço aos meus pais, pela força que sempre me deram para nunca desistir de lutar pelos meus sonhos e por todo o esforço financeiro que fizeram ao longo destes 5 anos na tentativa de eu ter um futuro melhor.

Agradeço também, à minha irmã Joana, ao meu cunhado Vítor e à minha afilhada Carolina, que foram incansáveis ao longo de toda este meu percurso e me deram animo para nunca desistir deste meu sonho e para superar todas as dificuldades.

Agradeço com enorme felicidade ao meu fiel grupo de amigas que me acompanharam desde o 1º ano de faculdade, Ana, Diana, Mariana e Márcia que também percorrem, de igual modo, esta caminho ao meu lado. Desejo-vos tudo de bom e obrigada por fazerem parte da minha vida.

Sem cair em esquecimento, um enorme obrigada à Professora Doutora. Ana Rita Conde, pela amizade, apoio e disponibilidade que sempre demonstrou ao longo destes meses e da iniciativa em querer sempre melhorar e mostrar o melhor de mim.

Foi e será uma das melhores pessoas e profissionais que já conheci até hoje e que espero, um dia mais tarde, que os nossos caminhos se cruzem novamente.

Por último, despeço-me de coração cheio, mas ao mesmo tempo com uma enorme saudade dos meus 5 anos de vida académica que me marcaram pela positiva e vão deixar marcas de saudade. Obrigada Universidade Lusófona do Porto.

O processo de divórcio e a coparentalidade – Um estudo qualitativo com pais divorciados

Resumo

Atualmente, o termo família sofreu drásticas modificações devido ao aumento do divórcio, sendo este caracterizado como um fenômeno social e cultural cada vez mais prevalente nos dias de hoje. Após a dissolução do casal, surge o conceito a que chamamos de coparentalidade, definido pela forma como os pais ou a figura parental se envolve na prestação de cuidados inerentes à criança. Deste modo, o tema do divórcio e da coparentalidade mostra-se cada vez mais pertinente a ser alvo de estudo, devido aos desafios e às dificuldades que vão surgindo durante todo o processo. Assim, no presente estudo, procura-se compreender a história relacional e coparental em sujeitos divorciados e com filhos/as menores, com o objetivo de explorar como é que os sujeitos divorciados vivenciam e descrevem o divórcio e a coparentalidade e se existem diferenças em função das características dos participantes selecionados.

O estudo inclui, 10 participantes, 5 do sexo masculino e 5 do sexo feminino, divorciados entre o período de dois a oito anos e com filhos menores. Para a recolha de dados, administrou-se individualmente uma entrevista semiestruturada, “*História de relação, divórcio e coparentalidade*”, construída para o presente estudo e adaptada do guião da Entrevista da História de Vida McAdams. Utilizou-se como metodologia de análise das entrevistas a *grounded analysis*, recorrendo ao software Nvivo 10.

Os resultados indicam que a maioria dos participantes abordam mais a questão do divórcio do que a coparentalidade, referindo ainda os motivos/sinais para o divórcio (e.g., desentendimentos/conflitos conjugais) e a perspetiva futura no âmbito da relação conjugal (e.g., disponibilidade em encontrar um novo companheiro/a e dificuldade em confiar num novo companheiro/a) como os mais importantes no processo do divórcio. Verifica-se também que as mulheres estão mais centradas nas questões do divórcio do que na coparentalidade, quando comparadas com os homens. Também os participantes que tomaram a iniciativa para o divórcio estão mais centrados no divórcio (e.g., questões pessoais, dificuldades e conflitos) quando comparados com os participantes cuja iniciativa foi do ex-companheiro/a.

Palavras-chave: divórcio, coparentalidade, histórias de vida.

Abstract

Nowadays, the word "family" suffered drastic changes due to the increase in the number of divorces, which is characterised as a prevailing social and cultural phenomenon. After the couple's breakup the term coparenting arises, defined by the way parents or the father figure involve in child's care. Therefore, the divorce and coparenting subject is becoming increasingly a relevant research subject, given the challenges and difficulties during this process. Consequently, this study aims to understand the relational and coparenting story of divorced couples with their underage kids with the purpose of exploring how the divorced subjects live and describe their divorces and coparenting situation and if there's any difference depending on the characteristics of the chosen participants.

This study includes 10 participants, 5 males and 5 females, 2 to 8 years divorced and with underage kids. In order to gather data, a semi-structured interview was conducted individually - "História de relação, divórcio e coparentalidade", made for the study and adapted from The Life Story Interview of McAdams. For analysing purposes, the Nvivo 10 software was used.

The results indicate the majority of the participants tend to approach more the divorce subject, rather than coparenting, referring to the reasons/signs of divorce (e.g. disagreements/marital problems) and the future's perspective of another relationship (e.g. availability to find a new partner and struggle to trust in a new partner) as the most important subjects on the divorce. It also appears that women are more focused on issues of divorce than on coparenting when compared to men. Also participants participating in a divorce initiative are more focused on divorce (e.g., personal issues, difficulties and conflicts) compared to the participants for the former partner's initiative.

Keywords: Divorce, coparenting, life stories.

Índice

Enquadramento Teórico	11
Divórcio	11
Coparentalidade	12
Divórcio e Coparentalidade	14
Objetivos e questões de Investigação	16
Método	17
Participantes.....	17
Procedimentos.....	20
Instrumentos de recolha de dados	20
Análise dos dados	21
Resultados	21
Discussão	32
Conclusão	35
Referências Bibliográficas	36

Índice de tabelas

<i>Tabela 1</i> - Características dos participantes	18
<i>Tabela 2</i> - N.º de participantes e n.º de referências das categorias divórcio e coparentalidade	22
<i>Tabela 3</i> - N.º de participantes e n.º de referências das categorias relativas ao divórcio ...	22
<i>Tabela 4</i> - Motivos/ sinais para o divórcio	24
<i>Tabela 5</i> - N.º de participantes e n.º de referências das categorias quanto à perspectiva futura no âmbito da relação conjugal	25
<i>Tabela 6</i> - N.º de participantes e n.º de referências das categorias relativos aos aspetos mal resolvidos	26
<i>Tabela 7</i> - N.º de participantes e n.º de referências das categorias quanto ao modo como os participantes vêm o divórcio	27
<i>Tabela 8</i> - N.º de participantes e n.º de referências das categorias relativos à coparentalidade	29
<i>Tabela 9</i> - Categorias relativas à coparentalidade	29
<i>Tabela 10</i> - Diferenças em função do sexo	30
<i>Tabela 11</i> - Diferenças em função ao tipo de divórcio	31

Lista de Abreviaturas

INE - Instituto Nacional de Estatística.....	11
NFI - National Fatherhood Initiative.....	32

Enquadramento Teórico

Divórcio

O fenómeno do divórcio não deve ser visto como um acontecimento isolado, mas sim como resultado da interação de múltiplos mediadores psicossociais condicionadores de características individuais e de contextos desenvolvimentais (Amato, 2010). Segundo Amato (2000), nas últimas décadas, o conceito de família sofreu grandes ruturas caracterizadas pelo aumento do divórcio, taxas de coabitação pré-nupcial e aumento do número de filhos em famílias reconstituídas. Segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), em 2016, o número de divórcios em Portugal foi de 69,0% por cada 100 casamentos.

Do ponto da investigação empírica, cada vez mais tem-se demonstrado que o divórcio é uma das experiências de vida mais stressantes e disruptivas na vida de uma pessoa (Lamela, 2009; Sbarra, Law & Portley, 2011), sendo identificado por Holmes e Rahe (1967), no seu estudo de referência, como o segundo evento de vida mais stressante para o ser humano, o que implica que as pessoas tenham de fazer adaptações significativas nas suas vidas (Lamela et al., 2010).

Diversos estudos têm sugerido que indivíduos que experienciam o divórcio ou uma perda conjugal, apresentam maior probabilidade de desenvolverem problemas de saúde mental, nomeadamente, sintomas de depressão e ansiedade (Gähler, 2006; Hughes & Waite, 2009; Lorenz, Wickrama, Conger, & Elder, 2006; Waite, Luo & Lewin, 2009; Williams & Umberson, 2004; Zhang & Hayward, 2006, Simon & Marcussen, 1999), assim como, acontecimentos de vida negativos, como por exemplo, maior risco de mortabilidade e suicídio (Breslau et al., 2011; Gähler, 2006; Lorenz et al., 2006; Zhang & Hayward, 2006).

Deste modo, surge o modelo Stress-Ajustamento-Divórcio de Amato (2000). Esta perspetiva, que é também defendida por outros autores (e.g., Sweeper & Halford, 2006), assume que a perspetiva da dissolução conjugal não é percebida como um evento discreto nem único, mas sim como um processo gerador de stress que perdura desde o início até ao fim divórcio.

Neste modelo, Amato (2000), apresenta os fatores mediadores (stressores) e os fatores moderadores, com o objetivo de criar o ajustamento do indivíduo face ao divórcio.

Os fatores mediadores nos adultos podem recair em múltiplos fatores, como por exemplo, responsabilidade parental única ou na perda da guarda dos filhos, na perda de apoio emocional, conflito contínuo com ex-cônjuge, declínio econômico e outros eventos stressores relacionados ao divórcio.

Relativamente às crianças, este modelo refere que existe um declínio no suporte e controlo parental, perda de contacto com um dos pais, continuação de conflito com um dos pais, declínio económico e eventos stressores de igual modo relacionados com o divórcio. Em contrapartida, para combater esses fatores mediadores, surgem os fatores moderadores que dizem respeito aos recursos que podem ser:

- Individuais (e.g., autoeficácia e estratégias de *coping*, entre outros);
- Interpessoais (e.g., suporte social);
- Estruturais (e.g., emprego, serviço comunitário, entre outros).

Outro ponto a considerar são as próprias crenças que os indivíduos têm acerca do significado do divórcio e a importância das suas características demográficas (e.g., idade, raça, sexo, entre outros). Deste modo, o equilíbrio, segundo Amato (2000), entre os fatores mediadores e moderadores, fará com que o adulto consiga reorganizar a sua vida de modo a reduzir os seus problemas relacionados com a saúde mental e física levando-o ao ajustamento psicológico.

Coparentalidade

Face à coparentalidade, não existe um consenso generalizado sobre o surgimento inicial do seu conceito na literatura psicológica. Segundo a definição de Feinberg (2003), a coparentalidade é um termo concetual que se refere à forma como os pais ou a figura parental se envolvem no papel seu parental – a coparentalidade acontece no momento em que existe um conjunto de decisões e de responsabilidade partilhada sobre a conduta, educação, apoio e coordenação entre os pais sobre a vida dos seus filhos.

Outros autores como McConnell & Kerig (2002), consideram que a coparentalidade emergiu como uma importante área de estudo, denominando o conceito como interações interparentais relativas aos papéis dos pais como figuras parentais. De acordo com esta perspetiva, os pais apoiam-se e colaboram no desenvolvimento integral dos filhos. Groenendyk & Volling (2007), comentam que a coparentalidade não é caracterizada pela

forma como cada pai individualmente presta cuidados à criança, mas sim pela sincronização dinâmica dos adultos na prestação de cuidados em particular.

No que diz respeito ao Modelo da Estrutura Interna e Contexto Ecológico da Coparentalidade de Feinberg (2003), os principais pressupostos apresentados baseiam-se na definição e dimensões da coparentalidade em função da investigação empírica, assim como, na integração da coparentalidade num contexto ecológico (Lamela, Figueiredo, Bastos & Feinberg, 2016; Lamela, Nunes-Costa & Figueiredo, 2010).

Deste modo, Feinberg (2003) sustenta o seu modelo em quatro principais dimensões que no total definem a coparentalidade o resultado da correlação, em que a variabilidade dos padrões de interação entre as famílias é consequência do tipo, grau e intensidade das ligações entre os componentes (Lamela et al., 2010), sendo elas as seguintes:

- **Acordo nas práticas parentais:** a primeira dimensão da coparentalidade está associada ao grau de entendimento entre as figuras de vinculação e aos tópicos principais relacionados com a criança (e.g., valores morais, disciplina e comportamento, prestação de cuidados à criança, decisões relativas à educação, necessidades emocionais, associação a outros pares). Feinberg (2002), considera esta dimensão dual, na medida que, o seu grau de desacordo nas práticas parentais é mais elevado nesta dimensão (Lamela et al., 2010; Lamela et al., 2016);
- **Divisão do trabalho:** a seguinte divisão da coparentalidade refere-se à partilha de tarefas e responsabilidade entre a díade coparental relativamente às rotinas diárias e cuidados da criança (e.g., divisão das responsabilidades devido a questões financeiras, médicas e legais relacionados com a criança, tarefas domésticas, entre outros). Esta componente parece estar associada à satisfação com a relação coparental, sendo que, quanto maior for a divisão de tarefas entre o casal, menor será o stress no desempenho e o desempenho das funções parentais (Lamela et al., 2010). Outro aspeto importante relativo à divisão de tarefas, refere-se à forma como os pais gerem a divisão de trabalho, ou seja, neste segundo ponto, avalia-se o grau de flexibilidade vs a rigidez da tarefa imposta (Lamela et al., 2016).
- **Suporte/sabotagem:** a terceira divisão está relacionada com o grau do suporte/apoio recíproco entre a díade (e.g., afirmação de competência da outra díade, expressões de afeto positivo, reforço, apoio emocional e de respeito). O lado negativo deste elemento é expressado por um apoio coparental negativo e um padrão de hostilidade,

crítica, culpa e afeto negativo perante a outra díade. A qualidade do suporte coparental contribui para o desenvolvimento de sentimentos de competência parental, assim como, para trajetórias adaptativas dos próprios filhos (Lamela et al., 2010; Lamela et al., 2016).

- **Gestão conjunta da família:** por último, esta dimensão diz respeito às interações familiares, respetiva comunicação e comportamentos associados. Embora o objetivo dos pais seja o oposto, por vezes são criadas coligações que expõe as crianças a conflitos hostis e ao conflito coparental, o que faz com que estas se envolvam excessivamente e negativamente na tomada de decisões (Lamela et al., 2016).

O presente modelo, considera que a coparentalidade é influenciada por um conjunto de fatores. Primeiramente, os fatores internos, que segundo Feinberg (2003) influenciam não apenas a coparentalidade em geral, como também, o relacionamento interparental. Quanto aos fatores internos, referem-se às características individuais de cada pai (e.g., fatores pessoais, atitudes, expectativas de papéis de género, grau de escolaridade, grau de vinculação, saúde mental, equilíbrio emocional, entre outros). De seguida, referem-se os fatores familiares que podem influenciar o relacionamento coparental (Lamela et al., 2010), e, por último, a influência de fatores extrafamiliares que foi baseado na perspetiva Stress-Coping de Lerman e Glanz (1997) (e.g., suporte social como fator protetor, problemas de foro económico, entre outros).

Embora o Modelo da Estrutura Interna e Contexto Ecológico da Coparentalidade de Feinberg (2003) ser considerado importante e vantajoso para o desenvolvimento teórico da coparentalidade (e.g., possui evidência empírica), apresenta desvantagens que recaem no facto de o modelo não ter sido empiricamente testado (Lamela et al., 2010).

Divórcio e Coparentalidade

São vários os estudos clínicos que pretendem demonstrar se os efeitos do conflito conjugal em pais divorciados (e.g., hostilidade interparental, linguagem agressiva, dificuldades na comunicação e cooperação com os filhos, entre outras) pode afetar a qualidade da relação coparental, assim como, o ajustamento psicológico das crianças a médio ou a longo prazo (e.g., processos emocionais, cognitivos e comportamentais) (Baum, 2006; Cummings, George, McCoy & Davies, 2012; Cummings, Goeke-Morey, Cummings,

Harold, & Shelton, 2003; Cummings, Schermerhorn, Davies, Goeke-Morey, & Cummings, 2006; Goeke-morey, Papp, 2003; Lamela, Figueiredo & Bastos, 2013; Raposo et al., 2011).

De acordo com Maccoby, Depner & Mnookin (1990), estes desenvolveram um estudo sobre padrões de interação coparental entre díades parentais divorciadas num grupo de famílias divorciadas aproximadamente 18 meses depois separação parental, sendo que, estes autores representam o sistema categorial com mais base científica (Lamela et al., 2010). Deste modo, os autores identificaram três tipos de coparentalidade:

- **Coparentalidade cooperativa:** neste tipo de coparentalidade, os pais têm o objetivo de isolarem os seus conflitos interpessoais, fomentando interações de qualidade positivas, sendo considerado o tipo de coparentalidade mais saudável (e.g., discussão de futuros planos para os filhos, quais os problemas e possíveis soluções, padrão de comunicação regular e positivo, baixo nível de conflito entre as díades, entre outros) (Lamela et al., 2010; Maccoby et al., 1990);
- **Coparentalidade conflituosa:** na coparentalidade conflituosa, apesar de existir comunicação regular entre as díades, o tipo de comunicação existente é caracterizado por altos níveis de conflito, hostilidade, criticismo e competição o que impossibilita um trabalho coparental eficaz (Lamela et al., 2010; Maccoby et al., 1990).
- **Coparentalidade descomprometida:** por último, este tipo de coparentalidade é mais frequente em casais divorciados. Apesar de existir comunicação e envolvimento na vida das crianças, o tipo de parentalidade não é conjunto, mas sim paralelo e desorganizado (e.g., falta de comunicação entre as díades, inconsistência de regras, valores, crescimento desenvolvimental, entre outros) (Lamela, Castro & Figueiredo, 2010; Lamela et al., 2010; Maccoby et al., 1990).

Outros modelos foram explorados, como é o caso dos autores Fivaz-Depeursinge, Lopes, Python & Favez (2009), que identificam cinco estilos coparentais baseados na observação da interação de díades em ambiente de laboratório, nomeadamente:

- **Estilo coeso:** os pais encontram-se envolvidos e conectados entre si, de acordo com os papéis e expectativas de cada membro. Para além de estabelecerem limites estão envolvidos emocionalmente no diálogo e a possíveis sinais coparentais (Figueiredo & Lamela, 2014; Fivaz-Depeursinge et al., 2009);
- **Estilo centrado na criança:** não existe coordenação comunicacional entre os pais, o que provoca problemas ao nível do relacionamento. Deste modo, a comunicação

entre ambos é realizada a partir da criança (Figueiredo & Lamela, 2014; Fivaz-Depeursinge et al., 2009);

- **Estilo competitivo:** neste estilo, os pais continuam desconetados um do outro, competindo entre si pela atenção da criança através de estímulos descoordenados e uma conflituosa interação (Figueiredo & Lamela, 2014; Fivaz-Depeursinge et al., 2009);
- **Estilo de exclusão:** existe um desequilíbrio ao nível do envolvimento da relação parental no que compete aos pais da criança, intensificando-se a interação conflituosa entre ambos (Figueiredo & Lamela, 2014; Fivaz-Depeursinge et al., 2009);
- **Estilo instável:** neste estilo parental, a interação coparental (e.g., contexto de diálogo entre os pais) é caracterizada por momentos de oscilação entre coesão vs não-coesão coparental entre os três membros da família (Figueiredo & Lamela, 2014; Fivaz-Depeursinge et al., 2009).

Os estilos coparentais presentes defendidos por Fivaz-Depeursinge et al., (2009), basearam-se na conceptualização de coparentalidade sustentada por McHale (2007), que defende que a coparentalidade é mutuamente responsável pelo cuidado e educação dos pais face à criança. Esta conceção defendida por McHale (2007) considera que, ao contrário do que muitos autores enfatizam na literatura, a coparentalidade e a aliança coparental não se referem apenas à divisão do trabalho com a criança, mas sim quando as figuras parentais fornecem entre si e ao contexto familiar um suporte consistente e positivo, baseado no envolvimento mútuo de responsabilidade e cooperação, no que concerne ao cuidado e educação da criança (Fivaz-Depeursinge et al., 2009; Lamela, 2013).

Embora existam estudos e perspetivas relativas ao divórcio e à coparentalidade, a maioria destas aparece maioritariamente ligada a artigos quantitativos. Para além do mais, em Portugal, ainda não foi desenvolvida uma investigação qualitativa sobre o divórcio e a coparentalidade. Deste modo, o presente estudo, para além de ser inovador para a literatura de estudos qualitativos em Portugal, tem outras novidades que se focam, por exemplo, no tipo de amostra selecionada (e.g., critérios de inclusão selecionados) e no instrumento utilizado que foi adaptado ao estudo em questão.

Objetivos e questões de Investigação

Os objetivos desta investigação passam por compreender como é que os pais divorciados com filhos menores vivenciam e descrevem o divórcio, entender como é que os pais divorciados com filhos menores vivenciam e descrevem a questão da coparentalidade e perceber de que maneira é que o divórcio vivido pelos participantes constringe ou não a sua coparentalidade.

Mais detalhadamente, a análise será orientada pelas seguintes questões de investigação:

- Como é que os participantes, divorciados e com filhos menores vivenciam e descrevem o divórcio?
- Como é que os participantes divorciados e com filhos menores vivenciam e descrevem a coparentalidade?
- Existem diferenças em função das características dos participantes (e.g., sexo, iniciativa do divórcio, entre outros)?

Método

Participantes

O estudo incluiu 10 participantes, 5 do sexo masculino e 5 do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 45 e os 50 anos de idade, sendo selecionados de acordo com os seguintes critérios de inclusão: a) divorciados; b) que o divórcio tenha ocorrido há mais de 2 anos e há menos de 8 anos; c) com filhos menores à data em que ocorreu o divórcio; d) possuir competências mínimas de leitura e escrita de modo a compreender e relatar situações, problemas e acontecimentos.

Tabela 1.

Características dos participantes

Participantes	Acordo parental	Anos de divórcio	Com quem vive	Idade	Iniciativa do divórcio	Nível sócio Económico	Nr. de filhos	Responsabilidades parentais	Sexo	Situação relacional atual	Situação relacional do outro	Tipo de divórcio
P1	Amigável	2-3	Com os filhos	46	Do próprio	Médio	2	À guarda do próprio	F	Namoro	Nova união	Amigável
P2	Amigável	4-5	Com os filhos	50	De ambos	Médio	1	À guarda do próprio	M	Sozinho	Sozinho	Amigável
P3	Amigável	6-7	Sozinho	48	Do ex companheiro/ a	Médio	2	Guarda partilhada	M	Sozinho	Namoro	Amigável
P4	Amigável	2-3	Sozinho	46	Do próprio	Médio	1	À guarda do companheiro/ a	M	Sozinho	Sozinho	Amigável

P5	Pelo tribunal	8-12	Com os filhos	49	Do próprio	Médio-baixo	1	À guarda do próprio	F	Sozinho	Nova união	Amigável
P6	Amigável	2-3	Com outro companheiro/a	50	Do ex companheiro/a	Médio-alto	2	À guarda do companheiro/a	M	Nova união	Namoro	Amigável
P7	Amigável	8-12	Com as filhos	47	Do próprio	Médio-baixo	1	Guarda partilhada	F	Sozinho	Nova união	Amigável
P8	Amigável	8-12	Com os filhos	45	Do próprio	Médio-baixo	1	À guarda do próprio	F	Sozinho	Sozinho	Conflituoso
P9	Amigável	6-7	Com os filhos	46	Do ex companheiro/a	Médio	2	À guarda do próprio	F	Namoro	Namoro	Amigável
P10	Amigável	8-12	Com os filhos	50	Do próprio	Médio	1	Guarda partilhada	M	Sozinho	Sozinho	Amigável

Procedimentos

Os dados utilizados para esta investigação fazem parte de um projeto anterior no âmbito do divórcio, tendo sido recolhidos por um elemento da equipa de investigação. Para aceder aos participantes foi utilizado o método de recrutamento *snowballing*, a partir de contactos informais da investigadora com potenciais participantes que cumprissem os critérios. Os participantes foram contactados pessoal ou telefonicamente. No momento anterior à entrevista foi explicado aos participantes os objetivos e as implicações práticas da investigação, assim como se procedeu à obtenção do consentimento informado.

De seguida, foi solicitado aos participantes o preenchimento do questionário sociodemográfico e aplicada a entrevista “*História de relação, divórcio e coparentalidade*”, construída para o presente estudo e adaptada do guião da Entrevista da História de Vida McAdams. As entrevistas foram realizadas num local calmo, de acordo com a conveniência de todos os intervenientes, seja em habitações, ou nas instalações da Universidade Lusófona do Porto.

Todas as entrevistas foram conduzidas pela investigadora, tendo um tempo de duração média de 75 min sendo gravadas e transcritas na íntegra de modo a ser preservada a integridade dos relatos com vista à sua análise, procedendo-se à destruição da gravação após a sua transcrição.

Instrumentos de recolha de dados

Entrevista sobre a História Relacional, Divórcio e Coparentalidade: The Life Story Interview, Dan. P. McAdams (2008), The Foley Center for the Study of Lives, adapt. Por Conde, R., Lamela, D., & Gouveia, H. 2016, Universidade Lusófona do Porto: A presente entrevista é utilizada em homens e mulheres que passaram por uma situação de Divórcio e que têm filhos menores em comum, no sentido de compreender as vivências e experiências da sua relação e da relação coparental (desde o seu início, passando pelo processo de divórcio até à data). Sendo uma entrevista semiestruturada, é importante que todos os tópicos do guião sejam abordados independentemente da sua ordem. Os tópicos abordados do guião baseiam-se em questões relacionadas com resumos e fases da história de vida, momentos importantes e desafios relativos à relação e à coparentalidade, futuros possíveis, desafios, valores, crenças e reflexões pessoais).

Questionário sociodemográfico: procura recolher dados pessoais (e.g., sexo, idade), dados sobre a relação e divórcio (e.g., “Há quanto tempo conhece o seu ex-companheiro/ex-companheira?”, “Há quanto anos está divorciado/a?”) e, por último, dados relativos à parentalidade (e.g., “Quantos filhos tem da relação com o seu ex-companheiro?”).

Análise dos dados

Utilizou-se o software Nvivo 10 e a metodologia *Grounded Analysis* que valoriza o envolvimento do investigador no processo de investigação e na exploração indutiva de dados qualitativos, sendo uma análise focalizada. As categorias são construídas indutivamente a partir dos dados. Estas categorias vão sendo sistematicamente refinadas e definidas ao longo do processo de categorização e à medida que novos casos vão sendo introduzidos. A codificação apenas se encontra totalmente definida no final da análise. À medida que a análise evolui e se vão detetando relações entre as diferentes categorias, emergem categorias mais conceptuais que devem ser estruturadas numa rede hierárquica, em que as categorias mais descritivas são integradas nas de natureza mais teórica.

Resultados

No que concerne à descrição dos resultados, com o objetivo de facilitar a sua leitura e compreensão, a sua descrição irá seguir as perguntas de investigações orientadoras do presente estudo anteriormente definidas.

Como é que os participantes, divorciados e com filhos menores, vivenciam e descrevem o divórcio?

De acordo com a categorização, a maioria dos participantes aborda mais a questão do divórcio (10 participantes, 208 referências¹) do que a coparentalidade (10, 13).

¹os seguintes valores apresentados ao longo do texto representam o número de participantes e o número de referências associados à descrição das categorias do divórcio e coparentalidade

Tabela 2.

N.º de participantes e n.º de referências das categorias divórcio e coparentalidade

Categoria	N.º Participantes	N.º Referências
Divórcio	10	208
Coparentalidade	10	132

Tabela 3.

N.º de participantes e n.º de referências das categorias relativas ao divórcio

Divórcio	N.º Participantes	N.º Referências
Motivos/sinais para o divórcio	10	117
Perspetiva futura no âmbito da relação conjugal	10	45
Aspetos mal resolvidos	5	21
Como percecionam o divórcio	8	18
Impacto negativo do divórcio	2	8
Comunicar o divórcio aos filhos e à família	3	7

No que diz respeito aos principais motivos/sinais para o divórcio, os participantes referem principalmente os desentendimentos e conflitos conjugais (7, 39), sendo identificadas com maior destaque ao longo das entrevistas a desilusão e cansaço, nomeadamente, a quebra de confiança e monotonia diária dos casais (9, 27), (e.g., “*Senti-me completamente desiludido, se há um ponto baixo do meu conhecimento da minha ex-mulher é esse ponto que chega aquele ponto*” - participante 2M; “*O casamento era uma rotina diária, trabalho-casa, casa-trabalho, trabalho-casa, casa-trabalho*” – participante 7F), aparecimento de terceiros na relação (4, 12), (e.g., “*Eu perguntei-lhe se se passava alguma coisa, se estava a gostar de outra pessoa, ele respondia-me sempre que não,*

mentia-me sempre até que um dia apercebi-me que era verdade, porque tinha andado a ver e portanto disse-lhe - olha, vais sair de casa hoje” – participante 9F) e violência física e psicológica (4,11), (e.g., “...depois começou a ser por medo, porque sentia medo dele, achei que ele me ia matar, porque tinha tendência para a violência” - participante 5F).

De seguida, os participantes referem como principal motivo as questões pessoais (9, 30), nomeadamente, o facto de não estarem bem na relação (6, 12), (e.g., “*Separamo-nos, a mim custou-me horrores, porque eu gostava muito dele, mas achei que era preferível, porque não me sentia confortável com a relação*” – participante 9F), a rejeição de afetos e atenção (4, 9), (e.g., “*Numa procura de atenção, de carinho, de proximidade, em que me senti rejeitada. Foi durante o casamento, já tinha uma filha e senti falta de atenção. Tentei procurá-lo e se calhar aquilo nem tem a importância que eu lhe dei, mas dei, na altura. Na altura foi importante para mim, em que eu precisava de o ter à minha beira e ele estava mais preocupado em estar no computador a jogar uns joguinhos em vez de me dar atenção*” - participante 1F), e, por último, a baixa autoestima (4, 9), (e.g., “*Eu não tinha auto confiança e precisava de uma pessoa ao lado para me dar essa confiança e quando elas não dão confiança, antes pelo contrário só as tiram, foi essa a lição que eu aprendi, retiraram me a pouca confiança que eu tinha*” – participante 7F).

Ainda nos motivos para o divórcio, os participantes abordam os aspetos relacionados com os filhos (7, 23), ou seja, as consequências que surgem no casal após o nascimento de um filho (5, 15), o que resulta globalmente em cansaço conjugal no casal (2, 3), (e.g., “*Há sempre aquela questão das modificações a nível de casal, mais cansaço, mais trabalho, mais tarefas, muito mais do que antes, que anteriormente cada um tinha a sua vida estabilizada*” - participante 2M) e na divisão de tarefas entre ambos (2, 2), (e.g., “*Alguns stresses na forma de criar, educar, na forma que cada um entendia que era melhor em termos de futuro, ou seja, a esse nível havia ali algumas dificuldades de gestão entre ambos*” - participante 9F). Consequentemente, existe uma maior centração dos filhos por parte do casal (4, 8), (e.g., “*O filho foi desejado pelos dois, mas ela não estava porque mexia muito com ela, o facto de a criança chorar, e ela tornou-se extremamente possessiva com a criança*” - participante 4M).

O motivo seguinte, e último, foca-se nas questões materiais e económicos relacionados com o emprego (4, 19), em que o aparecimento de um novo emprego ou melhoria do cargo (2, 11), (e.g., “*Mudança porque houve novos empregos e realmente houve uma grande mudança em termos de pessoa. Digamos que com a entrada no trabalho atual que ele tem, o mudou completamente. Ele em dois meses ficou completamente mudado, transformou-se para pior, a meu ver*” – participante 7F), provoca, conseqüentemente, um afastamento no casal (1, 5), (e.g., “*Eu demorei a arranjar emprego e o Carlos arranhou logo e foi viver para Lisboa. E esse afastamento talvez me tenha trazido alguma insegurança, porque eu nunca tinha estado sem ele e ao mesmo tempo ele descobriu alguma liberdade*” – participante 9F). Outro dos motivos relacionados são as dificuldades económicas vivenciados pelos participantes (1, 5), (e.g., “*Até chegarmos a uma altura do casamento em que era eu que sentia que ele pagava a renda da casa e eu tinha que suportar todas as despesas, tudo o resto, tornava-se um desequilíbrio. Durante esse ciclo tivemos várias crises, vários problemas, falta de dinheiro, às vezes ele tornava-se brusco porque eu também não me ficava, também me revoltava com aquilo*” – participante 8F) e a interferência do companheiro/a na carreira profissional (1, 3), (e.g., “*Ele foi meu colega durante três meses. Deixou-me ficar mal não relativamente a mim, mas relativamente à entidade patronal*” – participante 5F).

Tabela 4.

Motivos/ sinais para o divórcio

Motivos/sinais para o divórcio	N.º Participantes	N.º Referências
Desentendimentos e conflitos conjugais	7	39
- Desilusão/ quebra de confiança/ cansaço/ rotina	9	27
- Aparecimento de terceiros na Relação	4	12
- Violência física e psicológica	4	11
Questões pessoais	9	30
- Não estar bem na relação	6	12
- Baixa autoestima	4	9
- Rejeição de afetos e atenção	4	9
Aspetos relacionados com os filhos	7	23

- Consequências no casal após o nascimento de um filho	5	15
- Cansaço conjugal	2	3
- Divisão de tarefas	2	2
- Centração nos filhos	4	8
Motivos materiais e económicos relacionados com o emprego	4	19
- Novo emprego ou melhoria no Cargo	2	11
- Afastamento do Casal	1	5
- Dificuldades económicas	1	5
- Interferência do companheiro	1	3

Outro das questões abordadas pelos participantes ao longo das entrevistas são as suas perspetivas futuras no âmbito da relação conjugal (10, 45), onde se conclui que existe maior disponibilidade em encontrar um novo companheiro/a (8, 23), (e.g., “*O meu sonho era encontrar alguém de quem goste, e que goste de mim e dos meus, no caso da minha filha e que se ela tiver filhos, que eu goste dos filhos dela e que a gente possa voltar a fazer um núcleo familiar*” – participante 2M), comparativamente à dificuldade em confiar num novo companheiro/a (5, 14), (e.g., “*Todo o processo da separação contribuiu para uma postura muito interessante agora de me sentir muito bem sozinho. No sentido de não ter a necessidade de um outro*” - participante 10M).

Tabela 5.

N.º de participantes e n.º de referências das categorias quanto à perspetiva futura no âmbito da relação conjugal

Perspetiva futura no âmbito da relação conjugal	N.º Participantes	N.º Referências
	10	45

- Disponibilidade em encontrar um novo companheiro/a	8	23
- Dificuldade em confiar num novo companheiro/a	5	14

Após o divórcio, os participantes revelam o aparecimento de aspetos mal resolvidos (5, 21), (e.g., *“Hoje em dia, a fase pós casamento, damo-nos relativamente bem, não tão bem como gostaria. Eu tenho um namorado, ele tem uma companheira, o meu relacionamento com ele já está resolvido, mas há coisas que do passado que ainda não aceitei muito bem”* – participante 1F), o que pode justificar muitas vezes a dificuldade de aceitar que o ex tem um novo companheiro/a (3, 16), (e.g., *“Aquela questão de saber que ela era de outro homem, custou-me imenso, aquele medo de saber se ela tinha ou não tinha outro homem, daí eu pedir aos meus filhos para ver se eles sabiam, miúdos que não tinham idade para isso, nem tinham percepção”* – participante 3M).

Tabela 6.

N.º de participantes e n.º de referências das categorias relativos aos aspetos mal resolvidos

Aspetos mal resolvidos	N.º Participantes	N.º Referências
	5	21
- Dificuldade em aceitar que o/a ex tem um/a novo/a namorado/a	3	16

No que concerne ao modo como os participantes percecionam o divórcio (8, 18), surgem duas vertentes distintas, nomeadamente, o divórcio como algo positivo/ a melhor decisão (5, 9), (e.g., *“A separação trouxe-me muito mais tempo com a minha filha, deu para ver o que se passava com ela, deu para ver as lacunas em que o outro lado precisava que eu preenchesse. Nesse sentido, a separação foi excelente, inclusive para a minha filha.”* – participante 10M) e o divórcio como uma perda (5, 9), (e.g., *“Sempre que há uma separação, uma pessoa perde ali alguma coisa. Perde principalmente de estar com os filhos todos os dias. Sinto alguma perda no que se refere às minhas duas primeiras*

filhas, sem dúvida nenhuma, uma perda grande porque entretanto depois foram para Penafiel” - participante 4M).

Tabela 7.

N.º de participantes e n.º de referências das categorias quanto ao modo como os participantes vêem o divórcio

Como percebem o divórcio	N.º Participantes	N.º Referências
	8	18
- Divórcio como positivo e a melhor decisão	5	9
- Divórcio como uma perda	5	9

O impacto negativo do divórcio (2, 8) e a comunicação do divórcio aos filhos e à família (3, 7) apesar de mencionadas são algo muito residual, não evidenciando relevância pelos participantes ao longo das entrevistas.

Como é que os participantes divorciados e com filhos menores vivenciam e descrevem a coparentalidade?

Relativamente à seguinte questão de investigação, que se foca no modo de como os participantes vivenciam e descrevem a coparentalidade, como já referenciado anteriormente, existe uma menor quantidade de participantes a abordar a coparentalidade comparativamente ao divórcio.

Tabela 8.

N.º de participantes e n.º de referências das categorias relativos à coparentalidade

Coparentalidade	N.º Participantes	N.º Referências
	10	132
Boa relação entre ambos	9	58
Dificuldade no diálogo e na partilha das despesas diárias dos filhos	8	46
Perspetivas futuras no âmbito da relação coparental	10	31

Quanto à coparentalidade, os participantes referem existir boa relação coparental após o divórcio (9, 58), (e.g., “*Conseguirmos conversar e dentro do possível chegar aos acordos necessários para mantermos as nossas filhas a evoluir enquanto seres humanos e educá-las*” – participante 6M). Ao falarmos de boa relação entre o ex casal, falamos também de relacionamento resolvido (8, 21), (e.g., “*Para mim vejo-o como o meu irmão mais novo, porque conseguindo-me distanciar da envolvimento homem e mulher, daquilo que vivemos em comum, não posso esquecer que ele fez parte da minha vida durante 10 anos, dois de namoro e oito de casada, até agora, por isso nunca o irei descartar*” – participante 5F) assim como, de partilha de medos sobre questões relacionadas com os filhos (6, 11), (e.g., “*Conseguir partilhar com ele mais os meus medos, os meus receios, porque até ali ele não os valorizava, achava que eu estava a fazer ali um filme*” – participante 1F).

Embora os participantes refiram em maioria o estabelecimento de uma boa relação após o divórcio, outra parte, não tão evidente, refere o aparecimento de dificuldades ao nível do diálogo e partilha de responsabilidades (8, 46), (e.g., “*Passou a haver muito menos relação coparental quando ela foi para França, mais uma vez, teve que tomar a decisões sozinho, aquelas do dia à dia, o que se vai comer hoje, o que se vai comer amanhã, coisa que doutra forma nunca tinha acontecido*” – participante 2M), nomeadamente, dificuldade no acordo e ajuda na educação (6, 16), (e.g., “*Houve muita coisa em que a nossa relação começa a cair efetivamente porque ela não sabia dar*

educação, ela dizia que queria aprender mas depois não queria efetivamente aprender como educar uma filha” – participante 4M), o afastamento dos filhos (5,7), (e.g., *“Foi após separação, logo nas primeiras semanas. No relacionamento eu estava afastado um bocado da minha filha, trabalhava, dedicava-me ao trabalho”* – participante 10M) e, por último, não ajuda de um dos pais nas despesas diárias dos filhos (2, 7), (e.g., *“De resto nunca houve mais nenhum tipo de participação da parte dela, nem lá, nem cá quando arranhou emprego apesar de estar a viver em minha casa, eu pagava a água, a luz o gaz, já pagava a casa”* – participante 2M).

Por último, os participantes sugerem as perspetivas futuras no âmbito da relação coparental (10, 31), onde podemos classificar como positivas (9, 21), (e.g., *“Eu acho que vai ter tendência a melhorar porque a minha filha também começa a crescer, começa a perceber de algumas coisas que não estão bem na relação com a mãe, tenho essa noção que isso vai acontecer, vai começar a perceber que algumas coisas não estão bem que a mãe não pode... e eu não sou e acho que a mãe também não é assim”* – participante 4M) ou negativas (4, 9), (e.g., *“Acho que à coisas que eu tenho algumas dificuldades em perceber a minha ex-mulher, podendo compreende-la, está a pôr os interesses dela em primeiro lugar em detrimento dos miúdos a meu ver”* – participante 3M).

Tabela 9.

Categorias relativas à coparentalidade

Coparentalidade	N.º Participantes	N.º Referências
	10	132
Boa relação entre ambos	9	58
- Relacionamento resolvido	8	21
- Partilha de medos	6	11
Dificuldade no diálogo e na partilha nas despesas diárias dos filhos	8	46
- Dificuldade no acordo e ajuda na educação	6	16
- Afastamento dos filhos	5	7
- Não ajuda de um dos pais	2	7

nas despesas diárias dos filhos		
Perspetivas futuras no âmbito da relação coparental	10	31
- Perspetivas positivas	9	21
- Perspetivas negativas	4	9

Existem diferenças em função das características dos participantes (e.g., sexo, iniciativa do divórcio, entre outros)?

No que diz respeito às diferenças existentes em função das características dos participantes, encontraram-se algumas diferenças no discurso entre os homens e as mulheres. São as mulheres que mais centram o seu discurso nas temáticas do divórcio. (109 feminino, 89 masculino) e que mais relatam motivos e sinais indicadores do divórcio (73 feminino, 38 masculino), alegando questões pessoais (24 feminino, 6 masculino) e os desentendimentos e conflitos conjugais (26 feminino, 13 masculino). Contrariamente, os homens centram mais o seu discurso na coparentalidade (50 feminino, 61 masculino) quando comparados com as mulheres.

Tabela 10.

Diferenças em função do sexo

Diferenças em função do sexo	Sexo feminino	Sexo masculino
Divórcio	109	89
Motivos/sinais para o divórcio	73	38
Questões pessoais	24	6
Desentendimentos e conflitos conjugais	26	13
Coparentalidade	50	61
Novo emprego ou melhoria do cargo	10	0

Outra diferença encontrada aparece ligada à iniciativa do divórcio dos participantes (e.g., se foi do próprio, do ex companheiro/a ou de ambos). São os participantes que tomaram a iniciativa para o divórcio que mais relatam motivos/ sinais para o divórcio, alegando questões pessoais, quebra de confiança e desentendimentos e conflitos conjugais, incluindo violência. São também estes que mais focam o seu discurso nas questões da coparentalidade, nomeadamente dificuldades no diálogo e na partilha das responsabilidades. Por seu turno, os participantes que referem que a iniciativa foi do ex-companheiro são os revelam maior dificuldade em aceitar que o/a ex tem um/a novo/a companheiro/a e relatam mais aspetos mal resolvidos no divórcio.

Tabela 11.

Diferenças em função ao tipo de divórcio

Diferenças em função ao tipo de divórcio	Do próprio	Do ex companheiro/a	De ambos
Divórcio	105	66	27
Motivos/sinais para o divórcio	68	33	10
Questões pessoais	24	6	0
Dificuldade em aceitar que o/a ex tem um/a novo/a companheiro/a	1	15	0
Aspetos mal resolvidos	4	16	1
Desentendimentos e conflitos conjugais	25	7	7
Violência física e psicológica	10	1	0
Desilusão/ quebra de confiança/ cansaço/ rotina	17	4	5

Coparentalidade	60	33	18
Dificuldade no diálogo e na partilha de responsabilidades	22	5	9
Perspetiva futura no âmbito da relação conjugal	22	10	10

Discussão

Resumidamente e quanto aos resultados das 3 questões deste estudo, podemos constatar que na primeira questão de investigação “*Como é que os participantes, divorciados e com filhos menores, vivenciam e descrevem o divórcio?*”, os participantes estão muito mais focados no tema do divórcio do que nas questões da coparentalidade, incidindo principalmente nos motivos/sinais para o divórcio.

Autores como Amato & Previti (2003) e Hawkins, Willoughby & Doherty (2012), indicam que alguns dos motivos para o surgimento do divórcio baseiam-se na falta de interesse suficiente de um dos conjugues, seguidos de insatisfação pessoal, como também, mudanças a nível pessoal (e.g., podemos ter este exemplo relativamente aos principais motivos/sinais para o divórcio, em que os participantes referem como principal motivo as questões pessoais, nomeadamente, não estar bem na relação, assim como, rejeição de atenção e afetos).

Ainda relativamente aos motivos para o divórcio, particularmente, aos desentendimentos e conflitos conjugais, os participantes revelam particular preocupação pelo aparecimento de terceiros na relação, assim como, violência física e psicológica. Deste modo, a National Fatherhood Initiative (NFI), (2005), p.23, indicam que algumas das razões para o divórcio ficam-se em fatores como, discussão e conflito conjugal (56%), infidelidade (55%), casar muito jovem (46%), expectativas irreais do casamento (45%), falta de igualdade no relacionamento (44%) e, por último, violência doméstica (29%).

No que consta à literatura sobre o casamento, tem havido muita discussão sobre se o surgimento de um primeiro filho e a transição para a parentalidade poderá levar ao declínio no casal e ao aumento do conflito conjugal (Doss, Rhoads, Stanley & Markman,

2009; Shapiro, Gottman & Carrère, 2000). Este problema foi um dos mencionados nos motivos/sinais para o divórcio pelos participantes deste estudo, especialmente, os aspetos relacionados com os filhos e quais as suas consequências após o nascimento de um filho (e.g., cansaço conjugal e divisão de tarefas).

Embora não tanto mencionado, os participantes abordam a questão dos motivos materiais e económicos (e.g., novo emprego ou melhoria do cargo e dificuldades económicas). Deste modo, Hardie & Lucas (2010), no seu estudo sobre os fatores económicos e a qualidade da relação entre os casais jovens, incluindo a coabitação e o casamento, concluíram que de facto, quando existem limitações a nível económicos, estas constituem um forte preditor de conflito entre os casais (e.g., diminuição da qualidade do relacionamento e da intimidade).

Na segunda questão de investigação, *“Como é que os participantes divorciados e com filhos menores vivenciam e descrevem a coparentalidade?”*, como analisado anteriormente, embora os participantes refiram em maior número que existe uma boa relação relativa à coparentalidade (e.g., relacionamento resolvido e partilha de medos), abordam também dificuldades no diálogo e na partilha das despesas diárias dos filhos (e.g., afastamento dos filhos, dificuldade no acordo e ajuda na educação) e as perspetivas futuras no âmbito da relação coparental (e.g., positivas ou negativas).

Vários estudos têm sugerido que um bom desenvolvimento e ajustamento das crianças após a dissolução conjugal dependem da qualidade do pós-divórcio – de acordo com Amato (2000), alguns indivíduos, no que concerne à dissolução conjugal, podem beneficiar determinados indivíduos (e.g., aumento dos níveis de bem-estar) podendo favorecer a coparentalidade e a boa relação entre ambos.

Nesse sentido, para que exista uma coparentalidade positiva, a díade deve exercer o relacionamento parental ideal de modo a promover o desenvolvimento e o bem-estar da criança, como também, o envolvimento mútuo nas responsabilidades parentais (Amato, Kane & James, 2011). Segundo Gasper, Stolberg, Macie & Williams, 2008, no que concerne à coparentalidade positiva e à boa relação existente entre o ex casal, estes estabelecem uma relação positiva de cooperação, com o objetivo de dar prioridade ao bem-estar físico e psicológico da criança.

Não menos relevante, mas ainda mencionado pelos participantes, são referidas as dificuldades no diálogo e na partilha das despesas diárias dos filhos. Hardesty, Crossman,

Khaw & Raffaelli (2016), no seu estudo sobre a violência conjugal e qualidade coparental após a separação, mencionam que no começo do processo da dissolução conjugal, o casal deve começar a desenvolver novos padrões de relacionamento e de limites com os seus futuros ex-companheiros de modo a prevenir futuras dificuldades ao nível do diálogo e no acordo da educação da criança. Ainda no mesmo estudo, de acordo com um dos fatores que predizem a qualidade da coparentalidade entre mães no início do processo de divórcio, está associado à fraca comunicação parental, onde permanecem atitudes hostis e sentimentos negativos em relação ao ex-companheiro.

O afastamento dos filhos, sendo outro ponto mencionado pelos participantes, surge como uma fragilidade muito antes aparecer o divórcio, que passa a ser denominado como um fator de risco para a criança. Storksena, Roysamba, Moumc & Tambsa (2005), no seu estudo sobre violência conjugal e qualidade coparental após a separação, concluíram que existe um maior afastamento paterno do que materno, na medida que, 72,4% dos participantes relataram que não viviam com os seus pais biológicos e 24,7% com as suas mães biológicas.

Relativamente às perspetivas futuras no âmbito da relação coparental, o ex-casal cria um conjunto de crenças, sejam elas positivas ou negativas, que servem de base para contruir a aliança coparental (Prati & Koller, 2011). Lamela, Castro, Gonçalves & Figueiredo (2009), criaram um programa de intervenção denominado por “*Pais por Inteiro*” – Papi, com o objetivo de promover o treino de competências e a mudança desenvolvimental ao nível da coparentalidade e das trajetórias individuais em divorciados. Um dos exemplos que aqui se implemente é na sessão 4, em que o objetivo foca-se no debate de expetativas e sentimentos face ao divórcio, de modo a contornar a questão da coparentalidade.

Por último, quanto à ultima questão de investigação “*Existem diferenças em função das características dos participantes?*” encontraram-se diferenças ao nível do sexo e em função ao tipo de divórcio. Como se analisou anteriormente nos resultados, de acordo com a literatura face à diferença de gênero, as mulheres, para além de revelarem indicadores mais elevados, relativamente ao divórcio, ao nível do gênero, apresentam também maior iniciativa para o divórcio em comparação ao sexo masculino. A literatura aponta que, após o divórcio, as mulheres enfrentam uma fase de vulnerabilidade que pode conduzir a diferentes padrões de vida (e.g., mudanças ao nível económico e financeiro,

menores níveis de saúde e bem-estar) (Amato, 2000 & Leopold, 2018). Diedrick (1991), no seu estudo sobre as diferenças de gênero no ajustamento do divórcio menciona que existem evidências que provam que o sexo feminino relata mais sintomas de stress e ansiedade face à decisão do divórcio. Deste modo, sendo que são as mulheres as principais a pedir o divórcio, estudos revelam que também são as principais a abordar os principais motivos e sinais para o divórcio, nomeadamente, referem diferentes motivações e perspetivas entre o casal, assim como, insatisfação geral face ao casamento (Silva, Jorge & Queiroz, 2012 & Kalmijn & Poortman, 2006).

Conclusão

Visto que o objetivo de casal é o cuidado global da criança, envolvendo o seu bem-estar integral, quando ocorre o divórcio, a díade continua ligadas através de laços parentais, sendo necessária na vida da criança a presença do envolvimento paterno e materno. Deste modo, é necessário separar a questão do divórcio da coparentalidade, apesar de ser ainda uma grande lacuna apresentada pelos ex-casais (Grzybowski & Wagner, 2010) e adequar uma prática de envolvimento regular e frequente que favoreça o desenvolvimento global ajustado da criança.

Para a obtenção de resultados positivos ao nível da coparentalidade após o divórcio, deve-se ter em causa que a parentalidade é um elemento distinto da relação de conjugalidade entre um casal, e que esta, mesmo após de existir uma rutura, deve continuar intacta.

Com o presente estudo foi possível verificar que os participantes divorciados focam ainda muito o seu discurso nas questões referentes ao divórcio da díade enquanto casal, em detrimento da coparentalidade. Para além da dificuldade existente em lidar com o processo de desvinculação da relação conjugal, em muitos dos casos, um dos pais acaba por perder o contacto com os filhos devido à falta de investimento na relação coparental.

Em termos de implicações pratica, o presente estudo chama a atenção para a necessidade de trabalhar com a ex-díade a questão da coparentalidade, investindo na distinção entre os papéis de “pais” e os papéis de “casal”, focando o bem-estar e interesse dos filhos menores. No entanto, para uma melhor compreensão da especificidade das dinâmicas do ex-casal enquanto pais, seria necessário - para um estudo futuro – ter casais como participantes, bem como participantes de outros níveis sociais.

Referências Bibliográficas

- Amato, P. (2000). The consequences of divorce for adults and children. *Journal of Marriage and Family*, 62, 1269-1287. doi: 10.1111/j.1741-3737.2000.01269.x
- Amato, P. (2010). Research on divorce: continuing trends and new developments. *Journal of Marriage and Family*, 72, 650-666. doi: 10.1111/j.1741-3737.2010.00723.x
- Amato, P. R., & Previti, D. (2003). People's reasons for divorcing: Gender, social class, the life course, and adjustment. *Journal of family issues*, 24, 602-626. doi: 10.1177/0192513X03254507
- Amato, P. R., & Previti, D. (2003). People's reasons for divorcing: Gender, social class, the life course, and adjustment. *Journal of family issues*, 24, 602-626. doi: 10.1177/0192513X03254507
- Amato, P. R., Kane, J. B., & James, S. (2011). Reconsidering the “good divorce.” *Family Relations*, 60, 511–524. doi:10.1111/j.1741-3729.2011.00666.x
- Base de Dados Portugal Contemporâneo. (2016). Número de divórcios por 100 casamentos. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Portugal/N%C3%BAmero+de+div%C3%B3rcios+por+100+casamentos-531>
- Baum, N. (2006). Postdivorce paternal disengagement: failed mourning and role fusion. *Journal of Marital and Family Therapy*, 32, 245-254. doi: 10.1111/j.1752-0606.2006.tb01603.x
- Breslau, J., Miller, E., Jin, R., Sampson, N., Alonso, J., Andrade, L., . . . Kessler, R. (2011). A multinational study of mental disorders, marriage, and divorce. *Acta Psychiatrica Scandinavica*, 124, 474-486. doi: 10.1111/j.1600-0447.2011.01712.x
- Cummings, E., George, M., McCoy, K., & Davies, P. (2012). Interparental conflict in kindergarten and adolescent adjustment: prospective investigation of emotional security as an explanatory mechanism. *Child Development*, 83, 1703-1715. doi: 10.1111/j.1467-8624.2012.01807.x

- Cummings, E., Goeke-Morey, M., & Papp, L. (2003). Children's responses to everyday marital conflict tactics in the home. *Child Development*, 74, 1918-1929. doi: 10.1046/j.1467-8624.2003.00646.x
- Cummings, M., Schermerhorn, A., Davies, P., Goeke-Morey, M., & Cummings, J. (2006). Interparental discord and child adjustment: prospective investigations of emotional security as an explanatory mechanism. *Child Development*, 77, 132-152. doi: 10.1111/j.1467-8624.2006.00861.x
- Diedrick, P. (1991). Gender differences in divorce adjustment. *Journal of Divorce & Remarriage*, 14, 33–46. doi:10.1300/j087v14n03_03
- Diedrick, P. (1991). Gender differences in divorce adjustment. *Journal of Divorce & Remarriage*, 14, 33–46. doi:10.1300/j087v14n03_03
- Doss, B. D., Rhoades, G. K., Stanley, S. M., & Markman, H. J. (2009). The effect of the transition to parenthood on relationship quality: an 8-year prospective study. *Journal of Personality and Social Psychology*, 96, 601–619. doi:10.1037/a0013969
- Feinberg, M. (2002). Coparenting and the transition to parenthood: a framework for prevention. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 5(3), 173-195.
- Feinberg, M. (2003). The internal structure and ecological context of coparenting: a framework for research and intervention. *Parenting: Science and Practice*, 3, 95-131. doi: 10.1207/S15327922PAR0302_01
- Figueiredo, B., & Lamela, D. (2014). Parentalidade e coparentalidade: conceitos básicos e programas de intervenção. *Contributo para a prática psicológica*, 151-172.
- Fivaz-Depeursinge, E., Lopes, F., Python, M., & Favez, N. (2009). Coparenting and toddler's interactive styles in family coalitions. *Family Process*, 48, 500-516. doi: 10.1111/j.1545-5300.2009.01298.x
- Gähler, M. (2006). “To divorce is to die a bit...”: a longitudinal study of marital disruption and psychological distress among swedish women and men. *The Family Journal*, 14, 372-382. doi: 10.1177/1066480706290145

- Gasper, J., Stolberg, A., Macie, K., & Williams, L. (2008). Coparenting in intact and divorced families: its impact on young adult adjustment. *Journal of Divorce & Remarriage*, 49, 272-290. doi: 10.1080/10502550802231924
- Goeke-Morey, M. C., Cummings, E., M., Harold, G., T., & Shelton, K., H. (2003). Categories and continua of destructive and constructive marital conflict tactics from the perspective of U.S. and Welsh children. *Journal of Family Psychology* 17, 327–338. doi: 10.1037/0893-3200.17.3.327
- Groenendyk, A., & Volling, B. (2007). Coparenting and early conscience development in the family. *The Journal of Genetic Psychology*, 168, 201-224. doi: 10.3200/GNTP.168.2.201-224
- Grzybowski, L. S., & Wagner, A. (2010). Casa do pai, casa da mãe: a coparentalidade após o divórcio. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 26(1), 77.
- Hardesty, J. L., Crossman, K. A., Khaw, L., & Raffaelli, M. (2016). Marital violence and coparenting quality after separation. *Journal of Family Psychology*, 30, 320–330. doi:10.1037/fam0000132
- Hardie, J., H., & Lucas, A. (2010). Economic factors and relationship quality among young couples: comparing cohabitation and marriage. *Journal of Marriage and Family*, 72, 1141–1154. doi:10.1111/j.1741-3737.2010.00755.x
- Hawkins, A. J., Willoughby, B. J., & Doherty, W. J. (2012). Reasons for divorce and openness to marital reconciliation. *Journal of Divorce & Remarriage*, 53, 453–463. doi:10.1080/10502556.2012.682898
- Holmes, T. H., & Rahe, R. H. (1967). The social readjustment rating scale. *Journal of Psychosomatic Research*, 11, 213-218. doi: 10.1016/0022-3999(67)90010-4
- Hughes, M. E., & Waite, L. J. (2009). Marital biography and health at mid-life. *Journal of Health and Social Behavior*, 50, 344-358. doi: 10.1177/002214650905000307
- Kalmijn, M., & Poortman, A., R. (2006). His or her divorce? the gendered nature of divorce and its determinants. *European Sociological Review*, 22, 201–214. doi:10.1093/esr/jci052

- Lamela, D. (2009). Desenvolvimento após o divórcio como estratégia de crescimento humano. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 19(1), 114-121.
- Lamela, D. (2013). Divórcio e funcionamento psicológico em adultos e crianças. Tese de Doutorado: Psicologia Clínica, Universidade do Minho.
- Lamela, D., Castro, M., & Figueiredo, B. (2010). Pais por inteiro: avaliação preliminar da eficácia de uma intervenção em grupo para pais divorciados. *Psicologia: Reflexão e Crítica* 23(2), 334-344.
- Lamela, D., Castro, M., Gonçalves, T., & Figueiredo, B. (2009). “Papi-pais por Inteiro” programa de intervenção em grupo para o ajustamento pessoal e a promoção da coparentalidade positiva em pais divorciados. *Análise Psicológica*, 27(4), 493-507.
- Lamela, D., Figueiredo, B., & Bastos, A. (2013). Perfis de vinculação, coparentalidade e ajustamento familiar em pais recém-divorciados: diferenças no ajustamento psicológico. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 26(1), 19-28.
- Lamela, D., Figueiredo, B., Bastos, A., & Feinberg, M. (2016). Typologies of post-divorce coparenting and parental well-being, parenting quality and children’s psychological adjustment. *Child Psychiatry & Human Development* 47, 716-728. doi: 10.1007/s10578-015-0604-5
- Lamela, D., Nunes-Costa, R., A., & Figueiredo, B., (2010). Modelos teóricos das relações coparentais: revisão crítica. *Psicologia em Estudo*, 15 (1), 191-201.
- Leopold, T. (2018). Gender differences in the consequences of divorce: a study of multiple outcomes. *Demography*, 55, 769–797. doi:10.1007/s13524-018-0667-6
- Lerman, C., & Glanz, K. (1997). Stress, coping, and health behavior. In K. Glanz, F. Lewis, & B. Rimer (Eds.), *Health behavior and health education* (pp. 113-138). San Francisco: Jossey-Bass.
- Lorenz, F., Wickrama, K., Conger, R., & Elder, G. (2006). The short-term and decade-long effects of divorce on women's midlife health. *Journal of Health and Social Behavior*, 47, 111-125. doi: 10.1177/002214650604700202

- Maccoby, E., Depner, C., & Mnookin, R. (1990). Coparenting in the second year after divorce. *Journal of Marriage and the Family*, 52, 141-155. doi: 10.2307/352846
- McConnell, M., & Kerig, P. (2002). Assessing coparenting in families of school-age children: validation of the coparenting and family rating system. *Canadian Journal of Behavioural Science*, 34, 44-58. doi: 10.1037/h0087154
- McHale, J. (2007). When infants grow up in multiperson relationship systems. *Infant Mental Health Journal*, 28, 370-392. doi: 10.1002/imhj.20142
- National Fatherhood Initiative (2005). *InsideOut Dad™: A Program for Incarcerated Fathers*. Gaithersburg, MD.
- Prati, L. E., & Koller, S. H. (2011). Relacionamento conjugal e transição para a coparentalidade: perspectiva da psicologia positiva. *Psicologia Clínica*, 23(1), 103-118.
- Raposo, H., S., Figueiredo, B., F., C., Lamela, D., J., P., V., Nunes-Costa, R., A., Castro, M., C., & Prego, J. (2011). Ajustamento da criança à separação ou divórcio dos pais. *Revista Psiquiatria Clínica*, 38(1), 29-33.
- Sbarra, D., Law, R., & Portley, R. (2011). Divorce and death: a meta-analysis and research agenda for clinical, social, and health psychology. *Perspectives on Psychological Science*, 6, 454-474. doi: 10.1177/1745691611414724
- Shapiro, A. F., Gottman, J. M., & Carrere, S. (2000). The baby and the marriage: Identifying factors that buffer against decline in marital satisfaction after the first baby arrives. *Journal of Family Psychology*, 14(1), 59.
- Silva, M. C., Jorge, A. R., & Queiroz, A. (2012). Uma pesquisa sobre processos (pós) divórcio em Portugal: lei, género e práticas sociais. *O público e o privado*, 19, 123-151.
- Simon, R., W., & Marcussen, K. (1999). Marital transitions, marital beliefs, and mental health. *Journal of Health and Social Behavior*, 40(2), 111-125.
- Storksen, I., Roysamb, E., Moum, T., & Tambs, K. (2005). Adolescents with a childhood experience of parental divorce: a longitudinal study of mental health and

adjustment. *Journal of Adolescence*, 28, 725-739. doi: 10.1016/j.adolescence.2005.01.001

Sweeper, S., & Halford, K. (2006). Assessing adult adjustment to relationship separation: the psychological adjustment to separation test (PAST). *Journal of Family Psychology*, 20, 632-640. doi: 10.1037/0893-3200.20.4.632

The Life Story Interview, Dan. P. McAdams (2008), The Foley Center for the Study of Lives, adapt. Por Conde, R., Lamela, D., & Gouveia, H. 2016, Universidade Lusófona do Porto

Zhang, Z., & Hayward, M. (2006). Gender, the marital life course, and cardiovascular disease in late midlife. *Journal of Marriage and Family*, 68, 639-657. doi: 10.1111/j.1741-3737.2006.00280.x